

**CADEIAS REFERENCIAIS EM DEPOIMENTOS ORAIS:
UM ESTUDO DE CASO**

**CADENAS REFERENCIALES EN TESTIMONIOS ORALES:
UN ESTUDIO DE CASO**

**REFERENTIAL CHAINS IN ORAL TESTIMONIES:
A CASE STUDY**

Leonor Werneck dos Santos

Doutora em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Professora Titular de Língua Portuguesa Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
<https://orcid.org/0000-0002-8415-3535>
leonorwerneck@letras.ufrj.br

Cristiane Barbalho

Doutora em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Professora de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II - *Campus* Engenho Novo II.
<https://orcid.org/0000-0002-5379-9608>
cristiane.sa.1@cp2.edu.br

Dennis Castanheira

Doutor em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Professor Adjunto de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense (UFF).
<https://orcid.org/0000-0001-9092-5936>
denniscastanheira@id.uff.br

ARTIGO CIENTÍFICO

Submetido em: 05/11/2025

Aprovado em: 02/12/2025

RESUMO

Este artigo¹, com base na pesquisa desenvolvida por Barbalho (2022), tem como objetivo analisar a relação entre cadeias referenciais, em depoimentos orais em um caso de feminicídio. Para isso, procedemos a uma análise qualitativa dos processos de referenciação, verificando de que forma constroem as diferentes cadeias referenciais, que, por sua vez, interferem entre si, de forma colaborativa. Partimos dos pressupostos teóricos da Linguística de Texto, especificamente sobre referenciação, incluindo artigos clássicos – como Koch; Marcuschi (1998) e Mondada; Dubois (2003) – e propostas mais recentes – como Koch; Elias (2007), Marcuschi (2008), Cavalcante (2011), Santos e Cavalcante (2014) e Lanes (2023). Na análise, constatamos que a interação entre as cadeias referenciais *vítima e agressor* colabora para a arquitetura argumentativa dos depoimentos e para a construção da cadeia referencial de *feminicídio* – o que, por sua vez, enfatiza a intencionalidade da defesa e da acusação durante os depoimentos.

Palavras-Chave: Referenciação. Cadeia Referencial. Depoimento Oral. Feminicídio.

RESUMEN

Este artículo, basado en la investigación desarrollada por Barbalho (2022), tiene como objetivo analizar la relación entre las cadenas referenciales en testimonios orales en un caso de feminicidio. Para ello, se realizó un análisis cualitativo de los procesos referenciales, verificando cómo se construyen las diferentes cadenas referenciales, las cuales, a su vez, interactúan entre sí de forma colaborativa. Se parte de los supuestos teóricos de la Lingüística Textual, específicamente sobre la referencialidad, incluyendo artículos clásicos —como los de Koch y Marcuschi (1998) y Mondada y Dubois (2003)— y propuestas más recientes —como las de Koch y Elias (2007), Marcuschi (2008), Cavalcante (2011), Santos y Cavalcante (2014) y Lanes (2023). En el análisis, encontramos que la interacción entre las cadenas referenciales de la víctima y el agresor contribuye a la arquitectura argumentativa de los testimonios y a la construcción de la cadena referencial del feminicidio, la cual, a su vez, enfatiza la intencionalidad de la defensa y la fiscalía durante los testimonios.

Palabras clave: Referencias. Cadena referencial. Testimonio oral. Femicidio.

ABSTRACT

This article, based on research conducted by Barbalho (2022), aims to analyse the interaction between referential chains in oral testimonies in a case of femicide. A qualitative analysis of the referencing processes was conducted to verify how different referential chains are constructed and how they interfere with each other in a collaborative manner. This research is grounded in the theoretical assumptions of Text Linguistics, specifically regarding referencing. It draws upon classic articles—such as Koch; Marcuschi (1998) and Mondada; Dubois (2003), and more recent proposals such as Koch; Elias (2007), Marcuschi (2008), Cavalcante (2011), Santos; Cavalcante (2014), and Lanes (2023). The analysis reveals that the interaction between the victim's and the aggressor's referential chains contributes to the argumentative architecture of the testimonies and to the construction of the referential chain of femicide, which emphasises the intentionality of the defense and the prosecution during the testimonies.

Keywords: Referencing. Referential Chain. Oral Testimony. Femicide.

¹ Agradecemos à Profa. Dra. Cristiane Dell’Cortivo Lebler (UFSC) e ao Prof. Dr. Maycon Silva Aguiar, pelas inestimáveis sugestões feitas a este artigo.

INTRODUÇÃO

Para a Linguística de Texto (LT), a partir da virada sociocognitiva e interacional, na década de 1990, observamos a construção de sentidos a partir da relação dialógica entre os sujeitos envolvidos no processo de comunicação (Koch, 2015[2004]). Nesse âmbito, conforme Cavalcante *et al.* (2019, p. 26), o texto é “evento singular, compondo uma unidade de comunicação e de sentido em contexto”. O texto, portanto, começou a ser analisado como um processo construído na interação texto-interlocutores, sendo necessária a ativação de diferentes conhecimentos de mundo: linguístico, enciclopédico, contextual, intertextual, sociointeracional (Koch; Elias, 2008).

A partir dessa concepção sociointeracional e cognitiva de texto, quando estudamos a referenciação, consideramos que ela não reflete a realidade, mas constrói e reconstrói sociocognitivamente objetos de discurso – resultantes de processos simbólicos complexos. Dessa forma, podemos afirmar que a instabilidade das categorias envolvidas no processo de referenciação está intimamente ligada às práticas discursivas em que esses termos estão inseridos, dependendo do momento da enunciação, da interação dos interlocutores e das atividades cognitivas realizadas pelos sujeitos envolvidos nesse processo. Por isso, “os objetos de discurso não se confundem com a realidade extralinguística, mas (re)constróem-na no próprio processo de interação” (Koch, 2014, p. 33) – ou seja, as categorias não são entendidas como estáveis ou reflexo da realidade e do mundo, mas como elementos com caráter interacional, provisório e contextual.

Assim, questões relacionadas às intencionalidades comunicativas, às questões estruturais da organização dos gêneros e à temática influenciam na seleção e na organização dos diferentes processos referenciais e, conseqüentemente, na construção das diferentes cadeias ao longo do texto. Essa forma de análise interligada entre os diferentes processos é defendida em diversos estudos contemporâneos no campo da referenciação – como Barbalho (2022), Lanes (2023), dentre outros –, nos quais se comprova que esses processos não são estanques, mas sobrepõem-se, ratificando a necessidade de analisá-los de forma integrada. Portanto, a partir dessas concepções, defendemos que as cadeias referenciais são construídas nos textos de forma colaborativa, ou seja, a recategorização de um objeto do discurso contribui para a recategorização de outros, ao mesmo tempo em que mobiliza a inserção de novos referentes na tessitura textual.

Neste artigo, nosso objetivo é demonstrar como se constroem as cadeias referenciais em depoimentos orais, observando se características do gênero textual interferem na composição e no inter cruzamento das cadeias. Para tanto, nos apoiaremos nos pressupostos teóricos da Linguística de Texto (LT) a partir de uma metodologia qualitativa empírica. Partimos da concepção de que as cadeias referenciais se constroem de maneira complexa, englobando não apenas as anáforas, mas outras categorias importantes para a referenciação que influenciam no processo de construção discursiva dos objetos de discurso. Nessa perspectiva, as cadeias não se restringem aos elementos de retomadas de um objeto do discurso, mas englobam casos de dêixis, pistas textuais e outras cadeias referenciais, que se alimentam; ou seja, acreditamos que a recategorização de um objeto do discurso influencia na recategorização de outros objetos presentes no texto. Nessa forma de análise, a cadeia referencial se constrói como uma categoria que engloba outras categorias relevantes para a LT, demonstrando ser um processo complexo e colaborativo.

Nossas reflexões são derivadas da pesquisa de Barbalho (2022), na qual foram analisadas diferentes cadeias referenciais na construção argumentativa do gênero depoimento oral em oitiva de testemunhas em um caso de homicídio qualificado como feminicídio² no município de Duque de Caxias no estado do Rio de Janeiro em 2016. Neste artigo, analisaremos fragmentos de dois depoimentos orais ocorridos durante esse contexto comunicativo: o da irmã do acusado e o momento inicial de inquirição do delegado de polícia, quando a Promotoria resume os fatos. Durante a análise e nos exemplos, quaisquer informações que possam identificar o acusado e/ou a vítima serão marcados por XXX ou YYY. Com este artigo, pretendemos contribuir para os estudos de referenciação de modo integrado aos gêneros textuais, sobretudo na construção das cadeias referenciais propondo uma metodologia de análise das cadeias de forma interligada.

1. Gênero depoimento oral e seu contexto de produção

Para compreendermos um gênero, conforme Bakhtin (1997[1979]) e Marcuschi (2008), é necessário considerar as suas características temáticas, linguístico-discursivas e composicionais, entendendo o contexto sócio-histórico no qual ele circula, assim como suas intencionalidades comunicativas e o processo de interação. Portanto, para entendermos a

² Neste artigo, estamos analisando os depoimentos com base em Barbalho (2022), que norteou sua pesquisa na legislação vigente à época. Até 2024, a Lei nº 14.994/2024 o feminicídio não se tratava de tipo penal autônomo, mas de uma forma qualificada de homicídio. A partir desta lei, houve uma alteração estrutural no sistema penal brasileiro: o feminicídio passou a ser tipificado como crime autônomo, atualmente previsto no art. 121-A do Código Penal, com pena própria e mais gravosa (20 a 40 anos), deixando de ser apenas qualificadora.

produção do gênero a que pertence nosso *corpus*, é fundamental compreendermos o domínio discursivo em que ele é produzido. O depoimento oral circula no contexto jurídico e tem como finalidade comunicativa principal criar provas de defesa e/ou de acusação a partir dos relatos apresentados por diferentes interlocutores durante a oitiva de testemunha.

A oitiva de testemunha, no judiciário, refere-se ao ato de ouvir as testemunhas ou as partes de um processo judicial e comparar as versões apresentadas neste momento de inquirição, com os depoimentos dados na delegacia, durante ainda o inquérito policial, e que sofreram um processo de retextualização. Ainda é possível, nesse momento, o Juiz convocar outras pessoas que não foram chamadas durante o inquérito policial para prestar seus depoimentos, caso julgue necessário. Os fragmentos de depoimentos analisados neste artigo (um da inquirição ao delegado de polícia e dois à irmã do acusado), por exemplo, constam em um caso de feminicídio e fazem parte de audiências de reconhecimento (instrução e julgamento de oitiva de testemunhas), que ocorreram no período do processo judicial.

Diversas pesquisas articulando Linguística e Direito têm sido desenvolvidas, incluindo análises do gênero depoimento oral. Alves (1992) analisa os depoimentos que ocorrem no momento de inquirição de testemunhas e verifica que há dois tipos de estruturas de tomada de depoimento: no primeiro, o inquiridor faz uma pergunta específica que leva a uma resposta mais direta do inquirido; no segundo, o inquiridor faz uma pergunta genérica e deixa o inquirido realizar uma narrativa sem interrupção sobre o que lhe foi questionado. A autora, na sua pesquisa de campo, observa que existe uma preferência pela primeira estrutura e, mesmo quando há a adoção do segundo tipo, em que o inquiridor deixa o depoente narrar e realizar seus relatos sem interrupções, retorna-se à estrutura de perguntas e respostas diretas, a partir de tópicos selecionados no relato realizado pelo depoente. Esses tópicos selecionados no relato do depoente são chamados por Alves (1992) de nódulos informacionais, e a autora chama a atenção para o fato de que eles são selecionados pelo inquiridor de acordo com o seu propósito comunicativo: defesa ou acusação. Alves constata, então, que há uma intencionalidade discursiva nessas escolhas de esquemas de inquirição e na seleção dos nódulos informacionais para solucionar o caso.

Nascimento (2011) contribui para o estudo desse gênero, defendendo que ele ocorre em dois momentos quase simultâneos: na modalidade falada, durante a tomada de depoimento, e a sua retextualização para a modalidade escrita pelo operador do Direito. Em sua análise, a autora encontra sequências tipológicas distintas, ao longo da construção do gênero, localizando fragmentos descritivos, narrativos, argumentativos e injuntivos, sendo que, em alguns momentos, há a junção em um mesmo fragmento de mais de uma dessas tipologias –

identificando que, em cada um desses fragmentos, a tipologia encontrada está a serviço de intencionalidades discursivas distintas. Assim, a diversidade tipológica do gênero depoimento oral relaciona-se diretamente com a sequência conversacional-dialogal.

Para Adam (2009), as sequências textuais são organizadas em uma rede hierarquizada, que estabelece uma ligação entre as partes que as constituem, criando o todo. Além disso, são entidades que guardam certa autonomia “dotada de uma organização interna que lhe é própria e, portanto, em relação de dependência/independência com o conjunto mais amplo de que ele faz parte” (Adam, 2009, p. 122). Para o autor, mesmo os textos podendo ter estruturas sequenciais heterogêneas, há entre elas uma relação em que uma delas sempre será dominante. No caso específico da sequência dialogal que prevalece na organização do gênero depoimento oral, essa sequência “não é mais que uma unidade de composição textual, uma forma particular de encadeamento poligerada de enunciados na oralidade e uma representação de enunciados poligerados na escrita” (Adam, 2019, p. 212).

Para Cavalcante (2016, p. 74),

a sequência dialogal é dominante em textos sob a forma de diálogo ou conversação comum, materializando-se em diferentes modos de enunciação. Numa conversa, cada vez que um interlocutor fala, podemos dizer que está se estabelecendo uma troca conversacional. Pode-se entender também essa sequência como uma sucessão de réplicas realizadas por dois ou mais interlocutores, na qual um responde ou intervém no turno de fala do outro.

Portanto, para entender a produção de gêneros do domínio discursivo jurídico, é fundamental ultrapassar a materialidade linguística que constitui tais gêneros. Assim como na análise de outros gêneros, é essencial conhecer as práticas sociais, as intencionalidades de suas produções, a linguagem utilizada, o contexto de produção. Compreender a produção dos gêneros textuais é ter como base o princípio bakhtiniano, retomado e aprofundado por tantos outros autores na área da Linguística, de sua existência a partir de uma demanda social e comunicativa. E, no caso de textos jurídicos – às vezes mais, às vezes menos estáveis, a depender do seu caráter mais institucionalizado –, compreendendo-os dentro de suas práticas.

2. Referenciação e cadeias referenciais

Para a LT, a referenciação é uma atividade discursiva e sociocognitiva, que sofre influências do contexto de produção, na interação entre interlocutores – o que marca o discurso de ideologia, crenças ou julgamentos. Como apontam Mondada e Dubois (2003, p. 20), a abordagem processual da referenciação “implica uma visão dinâmica que leva em conta não somente o sujeito ‘encarnado’, mas ainda um sujeito sociocognitivo mediante uma relação

indireta entre os discursos e o mundo”. Nessa concepção, podemos afirmar que não há linguagem neutra ou isenta de posicionamento e, por isso, conforme relembra Santos (2015), a imparcialidade é um mito, uma ilusão. Os processos referenciais são, portanto, mobilizados a partir de um projeto de dizer, sendo condicionados pelo próprio caráter sociocognitivo da linguagem e dos textos, construindo cadeias referenciais.

Os estudos acerca de cadeias referenciais têm sido desenvolvidos há anos, com perspectivas teóricas diferentes, mas sempre apontando para possíveis desdobramentos – que, a nosso ver, ainda precisam ser mais detalhados. Alguns pesquisadores discorrem sobre o conceito de cadeias referenciais partindo de um pressuposto de coesão referencial como algo dado no texto – é o caso de Chastain (1975), Corblin (1995), Schnedecker (1997) e Ho-Dac (2005) – e não construído sociocognitivamente, como defende a LT contemporânea. Por outro lado, seguindo uma perspectiva cognitiva, Shwartz-Friesel (2007) destaca que as cadeias referenciais revelam sutilezas, uma vez que demandam uma constante checagem de compatibilidade entre as anáforas que as constituem, colaborando para a construção de sentido do texto, atuando em diferentes níveis e exigindo graus de complexidade distintos.

Algo semelhante é apontado por Costa (2012, p. 51), que, analisando estratégias referenciais na fala, destaca que, “em uma cadeia referencial, a inserção de uma anáfora em um determinado ponto favorece sensivelmente o uso de outras anáforas na sua sequência. Esta questão merece investigações posteriores”. Já Cagnolati, Daule e Gnecco (2013), ao compararem o funcionamento das cadeias referenciais em várias línguas (inglesa, espanhola e francesa), constatarem que especificidades morfossintáticas, como a possibilidade ou não do sujeito nulo, podem influenciar na construção de uma cadeia. Esse breve panorama já ilustra como o conceito de cadeia referencial tem sido repensado ao longo das décadas de estudos textual-discursivos.

Em linhas gerais, podemos nos apropriar da definição de Corblin (2005) e de Cagnolati, Daule e Gnecco (2013, p. 3, tradução nossa) para cadeias referenciais: “uma sucessão de expressões de um texto entre as quais a interpretação estabelece uma identidade de referência”. Schnedecker (2005) enfatiza a importância dos gêneros textuais e das inferências na constituição das cadeias.

Em relação especificamente aos pressupostos da LT, as cadeias referenciais têm sido debatidas – ou podem ser inferidas – desde o início das reflexões sobre referenciação, conforme percebemos em Koch e Marcuschi (1998) e Marcuschi e Koch (2002) – que apontam diversas inconsistências em análises tradicionais e alertam, por exemplo, para a necessidade de revisão do conceito de anáfora –, além de Marcuschi (2001, 2006) e Koch (2002, 2008), apenas para

citar alguns textos basilares para nossas pesquisas. Marcuschi (2001, p. 253), por exemplo, ao discutir a construção de cadeias referenciais em uma redação para analisar casos de anáforas indiretas, percebe a complexidade da construção das cadeias, destaca a importância das inferências na referenciação e constata que as “cadeias quase sempre são lacunosas, exigindo conhecimentos comuns, partilhados, situativos etc. para preenchimento”.

Já Koch e Elias (2007) defendem que as cadeias referenciais funcionam como um importante mecanismo de orientação argumentativa, por exercerem um papel para além do apontamento no texto de um determinado objeto do discurso. Ou seja, as autoras destacam sua construção complexa, que contribui para a recategorização dos referentes e para a argumentação.

Seguindo o princípio da referenciação, os objetos de discurso são cooperativamente construídos, sociocognitiva e interacionalmente, podendo, inclusive, não ser explicitados no texto. Na análise do conto “Dizem que os cães veem coisas”, feita por de Cavalcante e Santos (2012), por exemplo, a Morte não aparece explicitamente nomeada, porém a cadeia referencial é marcada por diversas pistas dispersas no texto. Podemos afirmar, então, que a percepção do objeto de discurso Morte – ou, em outros termos, o arquivo mental associado à Morte – ocorre com a soma de estratégias variadas, ao longo do texto, compondo a cadeia referencial.

As cadeias referenciais, portanto, recategorizam objetos de discurso por meio de diversas estratégias, que podem incluir o uso de anáfora e dêixis, mas que também podem incluir pistas textuais e podem, ainda, se intercruzar a outras cadeias, como veremos a seguir. Antes, porém, é importante revisar os processos referenciais que ajudam a compor as cadeias, sempre tendo em mente que as explicações e os exemplos a seguir constituem-se de reflexões didáticas sobre os processos, mas, ao analisar um texto, precisamos ter em mente o todo significativo das cadeias.

Em relação aos processos referenciais, de acordo com a LT, as anáforas contribuem para a continuidade tópica e referencial (Marcuschi, 2001), uma vez que designam expressões que se remetem ou se associa, a outras expressões, enunciados e conteúdos, e podem ser classificadas de três formas: anáfora direta (AD), anáfora indireta (AI) e anáfora encapsuladora (AE). Os casos de dêixis e as pistas textuais somam-se às anáforas na construção das cadeias referenciais dos objetos de discurso.

Para Marcuschi (2001, p. 219, grifos do autor), a AD “é um processo *de reativação dos referentes prévios*”, em que se mantém um objeto do discurso em foco, contribuindo para a manutenção temática, uma vez que apresenta uma relação de correferencialidade com outra expressão correferencial. Embora a correferencialidade se refira ao fato de uma AD apontar

para um mesmo objeto do discurso, não significa que não há uma recategorização desse objeto, provocada tanto pelas pistas textuais como pela reconstrução de outros objetos de discurso ao longo do texto. Colamarco (2014, p. 64) define as pistas textuais como “toda a materialidade verbal do texto que contribui para a construção cognitiva dos diferentes objetos de discurso sem corresponder, porém, a expressões referenciais”. Assim, elementos linguísticos – como predicções, aspectos verbais, construções metafóricas – contribuem para o processo de recategorização dos referentes, influenciando na construção das cadeias referenciais.

Vejamos o Exemplo 1, retirado de Barbalho (2022, p. 62):

(1) É filho de <u>Ronaldo</u> , e não presenciou o assassinato, mas presenciou vários espancamentos sofridos por sua mãe, e que várias vezes <u>ele</u> dizia que iria deformar o rosto dela (...)
--

Nesse excerto, o filho da vítima e do agressor é apresentado, e o arquivo mental associado ao agressor é formado pelas AD *Ronaldo* e *ele*. Ambas as AD mantêm uma relação de correferencialidade com “agressor”, mas não guardam uma equivalência de sentido, uma vez que as informações que estão no entorno – as pistas textuais – recategorizam esse objeto de discurso. Quando *Ronaldo* é citado pai, no sintagma nominal *filho de Ronaldo*, podemos acionar, pelo nosso conhecimento de mundo e pelas nossas memórias, aspectos positivos, de proteção e de afeto associados à figura paterna. Em seguida, o pronome *ele*, que mantém o objeto de discurso em foco, não apresenta mais esses mesmos aspectos iniciais, pois são ativados, a partir das pistas textuais (*assassinato, vários espancamentos sofridos pela mãe, dizia que iria deformar o rosto dela*) aspectos de desrespeito, agressividade e violência. Por isso, embora haja correferência, não podemos dizer que haja uma equivalência de sentido entre Ronaldo e ele.

Já as AI, ainda de acordo com Marcuschi (2001, p. 217), geralmente são construídas por “expressões nominais definidas ou pronomes interpretados referencialmente sem que lhes corresponda um antecedente (ou subsequente) explícito no texto”. Dessa forma, não funcionam como reativação de um referente já dado no texto, mas como introdução de um novo objeto de discurso que se relaciona, de forma ancorada, a outro. Portanto, para compreendermos adequadamente a AI, torna-se primordial entendermos o princípio das âncoras textuais (Marcuschi, 2001).

Essa situação relacional da AI contribui para o não estranhamento do interlocutor com a mudança de foco no texto, uma vez que a introdução do novo referente ancora-se (cognitivamente) a outro objeto de discurso já contextualizado, não comprometendo, por isso, a continuidade temática, nem a compreensão. Para Schwarz-Friesel (2007), nas AI, a relação

não é de correferencialidade, mas de links semânticos e relações conceptuais entre diferentes referentes. Cavalcante (2014, p. 125) evidencia três aspectos importantes das anáforas indiretas: “a não vinculação da anáfora com a correferencialidade; a introdução de referente novo e o status de referente novo expresso no contexto como conhecido”. Dessa forma, na análise das AI, é necessário abarcar entidades dadas e novas, considerando a combinação de processos de ativação e de reativação dos objetos do discurso. Para compreendermos essas especificidades da AI, vejamos o Exemplo 2 (Barbalho, 2022, p. 65):

(2) É vizinha de Úrsula, cuja casa é geminada com a dela, e não presenciou o crime, mas ouviu muitos choros abafados como se lhe cobrissem a boca, e que os espancamentos pareciam ser em um animal, e não em um ser humano, pois o marido a jogava contra a parede (...)

Nesse trecho, a cadeia referencial da vítima é marcada pelo depoimento da vizinha, que relata os atos de violência doméstica que Úrsula sofria dentro de casa. Após a referência à vítima (*Úrsula*), há a ativação de um novo objeto de discurso, *marido*. Existe, portanto, uma relação associativa entre *Úrsula* e *marido*, que percebemos pelo nosso conhecimento de mundo, pelas inferências que podem ser estabelecidas, pela temática do texto e também pelo gênero produzido: depoimento em caso de feminicídio. Não causa estranhamento ao leitor o surgimento desse novo objeto de discurso inserido na continuidade das informações que são explicitadas no texto, porque ele se relaciona contextualmente com *Úrsula*, sendo o responsável pelas agressões que essa mulher sofria.

Ainda nesse exemplo, chama a atenção outro aspecto relevante para a construção de cadeias referenciais: o compartilhamento de elementos que as constituem. Ao analisarmos o trecho que relata a violência (“muitos choros abafados como se lhe cobrissem a boca”, “os espancamentos pareciam ser em um animal, e não em um ser humano”, “o marido a jogava contra a parede”), percebemos que essas pistas textuais colaboram tanto para enfatizar a violência do agressor quanto para reiterar o sofrimento da vítima. Assim, percebemos como estudar referenciação não significa apenas identificar relações entre os processos referenciais, mas analisar as cadeias como algo dinâmico, construído textualmente, uma vez que há compartilhamento solidário de pistas textuais e anáforas, por exemplo.

Já a AE é definida por Conte (2003[1996], p. 178) como “um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumitiva de uma porção precedente do texto”. A autora chama atenção para o fato de a AE criar um novo referente discursivo, com base em uma informação velha dispersa no texto. Por esse motivo, Cavalcante (2011), Santos e Cavalcante (2014) e Moraes (2017) colocam esse tipo de anáfora entre as AD e as AI: ao

mesmo tempo em que estabelece certo grau de correferencialidade, como as AD, resumindo porções textuais, também introduz um novo objeto de discurso, como as AI.

Para Borreguero Zuloaga (2018, p. 187), ao reiterar um conteúdo discursivo, transformando-o em um novo objeto de discurso, pode haver na AE também uma avaliação subjetiva do autor do texto, “de modo que às vezes a operação de recategorização realizada pelas AE adiciona uma operação de deturpação ou manipulação das informações”. Vejamos o Exemplo 3 (Barbalho, 2022, p. 67):

(3) Que, na data de hoje, 06/02/2008, por volta das 12:00h, foi acionado pela sala de operações a comparecer na Av. XXX, bairro XXX, local onde o também policial militar XXX, estaria morto em virtude de disparo de arma de fogo efetuado pela esposa dele XXX. Que, procedeu ao local e constatou a veracidade dos fatos, tendo encontrado a vítima em cima da cama(...)

Nesse trecho, o sintagma nominal *a veracidade dos fatos* funciona como uma AE, não se referindo a um fragmento específico do texto, mas à ideia construída anteriormente, com um valor resumitivo e, nesse caso, axiológico também. Conte (2003[1996], p. 177) afirma que “quando o núcleo do sintagma nominal anafórico é axiológico, o encapsulamento anafórico pode ser um poderoso meio de manipulação do leitor”. Assim, o encapsulador *a veracidade dos fatos* explicita a visão do enunciador em relação ao conteúdo resumido, contribuindo para uma possível manipulação das informações, além de introduzir um novo objeto de discurso no contexto. Sobre as propriedades da AE, Bastos (2018, p. 43) considera que ela

permite ao falante/escritor instaurar um novo referente textual no universo discursivo por meio de uma estratégia não correferencial, baseada numa porção cotextual precedente. Esse anafórico introduzido no texto torna-se um novo referente discursivo e argumento para as próximas predicções. Desse modo, o encapsulamento anafórico é um procedimento de introdução de novos referentes no texto, que contribui para progressão textual.

Em relação à dêixis, estudos mais recentes propostos por Santos e Cavalcante (2014), Cabral e Santos (2016), Santos e Moraes (2017) e Lourenço (2023) defendem haver entre esse processo e as anáforas um *continuum* e não uma oposição, podendo ocorrer maior ou menor grau de deiticidade nas ocorrências. Esses estudos têm demonstrado existir, por vezes, uma fronteira muito tênue entre os processos referenciais, sendo importante, na análise dos casos, considerar as intencionalidades, o gênero textual e outros elementos envolvidos na produção e na recepção dos textos em que as estratégias referenciais se realizam.

Nos estudos iniciais propostos por Lyons (1977), os dêiticos são considerados como um sistema de coordenadas para orientar e situar os interlocutores, no ato de comunicação, a partir da perspectiva do falante (*origo*) no momento da enunciação, tornando possível a localização no tempo e no espaço. Por isso, nessa perspectiva, os dêiticos pessoais, temporais e espaciais

criam uma relação de dependência com a situação comunicativa, sendo necessário o conhecimento desta, para a compreensão daqueles. Nesse momento dos estudos, portanto, considerava-se que o sentido dos dêiticos é fundamentado pela situação comunicativa: eu-aqui-agora.

Estudos mais recentes sobre a dêixis defendem o seu papel pragmático na interação social (Maalej, 2013) e argumentativo (Cavalcante; Martins, 2020). Para Lourenço (2023, p. 69),

a dêixis é um processo referencial que contribui para a construção da cadeia referencial de objetos de discurso que, no decorrer do texto, transformam-se, auxiliando na construção de sentidos do texto e na orientação argumentativa do discurso, conforme o projeto de dizer do enunciador.

Não é objetivo deste nosso artigo abordar detalhadamente o caráter interacional e persuasivo da dêixis, mas de que maneira esse processo se soma, de forma colaborativa, aos demais processos referenciais na construção argumentativa do gênero depoimento oral e na construção das cadeias referenciais. No caso dos fragmentos de depoimentos analisados neste artigo, exemplos de dêixis espacial (DE) chamam a atenção, por ajudar a construir o cenário do crime, como percebemos no Exemplo 4 (Barbalho, 2022, p. 209):

(4)
(Promotora de Justiça) – O que o senhor percebeu *lá no local do fato*, doutor?
(Delegado) – Quando nós chegamos lá no local, me recordo que o fato havia se dado no interior do imóvel mais especificamente no banheiro. Porque tão logo na porta do banheiro havia muitas, muitas manchas de sangue na parede, em cima da pia e principalmente no box do banheiro...que possivelmente foi onde ela foi atingida. Também havia no box muito sangue e uma lâmina de faca, um cabo de faca e também um celular, um aparelho de telefone celular desmembrado com chip, bateria e a carcaça do aparelho separados, no interior da casa nós encontramos também uma faca, uma outra faca que também foi apreendida.

Neste trecho, temos a Promotora de Justiça inquirindo, durante a oitiva de testemunha, o Delegado de Polícia que esteve no local do crime – residência do casal – e que foi o responsável pela investigação. No turno de fala da Promotora, temos a DE *lá* acompanhado da AD *no local do fato* compondo a cadeia referencial do local do crime, que é, posteriormente, retomado no turno de fala do Delegado, por meio de AI – *interior do imóvel, banheiro, parede, pia, box* – que se organizam de forma gradativa e são recategorizadas pelas pistas textuais *muitas manchas de sangue, muito sangue*. Essas pistas textuais não recategorizam apenas o local do crime, mas a própria situação de feminicídio e outros objetos de discurso que não são explicitados nesse fragmento, mas que permanecem na memória dos interlocutores.

Então, se a cena do crime é descrita com muitas manchas de sangue e se a vítima se encontrava no banheiro, os interlocutores podem inferir que o objeto de discurso *agressor* é uma pessoa extremamente violenta e covarde, por ter encurralado a mulher no banheiro, possivelmente sem direito à defesa ou a pedido de socorro. Identificamos, dessa forma, que a cadeia referencial do local do crime também ajuda a construir outras cadeias referenciais ao longo do texto, como um processo colaborativo e inferencial.

Seara e Santos (2020) também perceberam essa interrelação entre as cadeias referenciais, ao analisarem artigos de opinião portugueses e brasileiros que abordaram o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco e de seu motorista. As autoras constataram que, mesmo quando o objeto de discurso Marielle não aparecia, ele era recategorizado por meio de outras cadeias referenciais. Por exemplo, um dos artigos portugueses constrói uma dicotomia dêitica entre nós (portugueses) e eles (brasileiros), mostrando como os portugueses não precisam se preocupar com um crime ocorrido em um país cujos habitantes estão acostumados cotidianamente com violência: o assassinato em questão é apenas mais um entre tantos, portanto a vítima não importa. Já um dos artigos de opinião brasileiros, ao construir uma imagem negativa da “esquerda caviar”, desmerece a comoção gerada após o assassinato de Marielle Franco – vereadora de um partido de esquerda – e, por extensão, mostra que a morte da parlamentar foi algo comum, que está apenas sendo supervalorizado por seus correligionários. Em ambos os casos, a cadeia referencial da vítima é afetada pelas outras cadeias.

De maneira semelhante, Santos e Lanes (2026), analisando a letra de canção “Construção”, de Chico Buarque, mostram como a cadeia referencial de operário é fortemente marcada no texto, mesmo que haja poucas alusões nominais ao trabalhador (a referência é feita majoritariamente por meio de elipses, principalmente em posição de sujeito nulo). Nessa letra de canção, também há intercruzamento de cadeias, especialmente quando surge o objeto de discurso patrão, claramente contraposto ao operário.

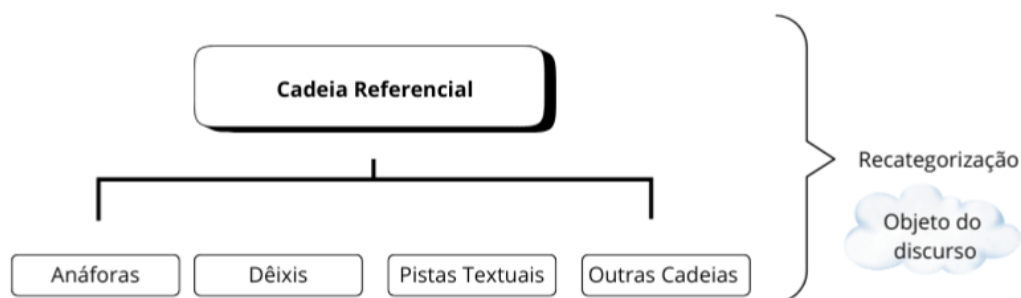
Sintetizando o que apresentamos até aqui, à medida que um objeto de discurso é introduzido no texto, pode ser retomado ou servir de base para o surgimento de outros referentes, construindo as cadeias referenciais. Como vimos, Marcuschi (2001) defende que as cadeias referenciais apresentam lacunas que deverão ser preenchidas por conhecimentos prévios, compartilhados por seus interlocutores, já anunciando nessa definição o caráter sociocognitivo envolvido no desenvolvimento das cadeias. Além disso, de acordo com Marcuschi (2008), a cadeia referencial contribui para a progressão referencial e tópica do texto.

Porém, mais que abarcar casos de anáforas e dêixis, as cadeias são alimentadas e recategorizadas por informações distribuídas no texto, sejam essas informações pistas textuais

atreladas ao objeto de discurso da cadeia em questão, sejam outras cadeias referenciais interrelacionadas. Por isso, é essencial analisar as cadeias referenciais inseridas em seus contextos, nos gêneros em que foram produzidos, observando como essas relações contribuem no processo de recategorização dos objetos de discurso e na construção argumentativa.

Logo, entendemos a cadeia referencial não apenas como a sequência de anáforas para retomar e manter um objeto do discurso em foco; na verdade, trata-se de uma construção sociocognitiva que pode ou não ser concretizada no texto e que abarca categorias importantes para a referenciação como as pistas textuais, os processos referenciais (anáforas e dêixis) e outras cadeias referenciais. Dessa forma, entendemos que todas essas categorias estão interligadas e influenciam no processo de recategorização e construção dos diferentes objetos do discurso, conforme apresentado na Figura 1:

Figura 1 – Cadeia Referencial a partir da construção colaborativa e integrada



Fonte: Elaboração própria.

Assim, as cadeias referenciais contribuem para a progressão tópica, mobilizam conhecimentos prévios para o preenchimento de lacunas, exigem uma constante associação de informações e colaboram para o processo de recategorização dos objetos de discurso. Essas cadeias são construídas ao longo do texto e interrelacionam-se, contribuindo para a manutenção temática e para a progressão textual.

3. Construção colaborativa das cadeias referenciais: metodologia e análise

Ao longo desta seção, adotamos um olhar metodológico qualitativo para analisar três fragmentos de depoimentos construídos durante a oitiva de testemunha em um caso de feminicídio, julgado na Comarca de Duque de Caxias, Rio de Janeiro, em 2016. No primeiro fragmento, o inquiridor é a Promotora de Justiça e, no segundo, a Defensora Pública; ambos fazem parte da inquirição da irmã do acusado. O terceiro fragmento constitui-se da inquirição da Promotora de Justiça, durante o depoimento do Delegado de Polícia.

Para ilustrar a construção da cadeia referencial *feminicídio*, construímos esquemas que destacam as principais cadeias referenciais de cada fragmento analisado e que se relacionam com o objeto do discurso *feminicídio*. Vale ressaltar que, como já apresentado, nesta proposta de análise, entendemos as cadeias referenciais não apenas os processos referenciais que retomam um objeto do discurso no texto, mas também as pistas textuais e outras cadeias que, de forma colaborativa, recategorizam também outros objetos do discurso e contribuem para a construção discursiva dos referentes.

Nesses esquemas, identificamos a construção de cadeias referenciais para se referir tanto ao crime, como também a outros referentes mobilizados pelo discurso de defesa e/ou de acusação que colaboram, de forma mais significativa, para a recategorização do feminicídio. Como em cada fragmento há a seleção de distintos processos referenciais, com diferentes propósitos comunicativos, os esquemas não seguem um padrão. Por isso, para cada análise, foi criado um esquema que melhor representasse as cadeias referenciais encontradas e a interação entre elas.

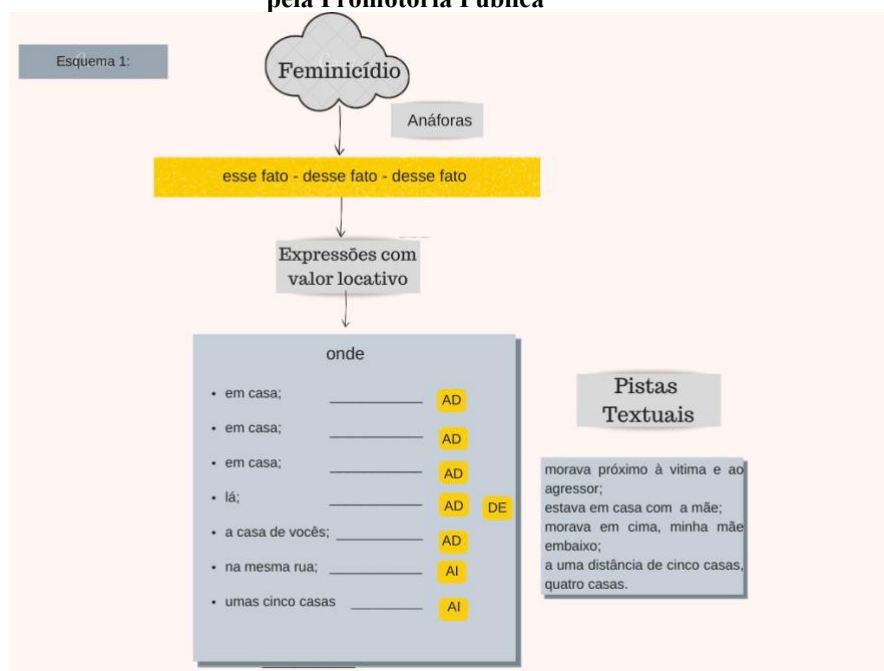
Nos fragmentos transcritos, os nomes dos envolvidos foram omitidos com a marcação XXX ou YYY. Já nos esquemas das cadeias referenciais, os processos referenciais encontrados foram identificados pelas seguintes siglas: (AD) anáfora direta (sendo que as elipses foram marcadas por Θ), (AI) anáfora indireta, (AE) anáfora encapsuladora e (DE) dêixis espacial³. Após cada esquema, selecionamos algumas cadeias que tenham, de forma mais produtiva, recategorizado a situação de feminicídio.

Começamos pelo Fragmento 1 (Barbalho, 2022, p. 141), referente ao depoimento da irmã do acusado sendo inquirida pela Promotora de Justiça (acusação):

³ Nos excertos que analisamos neste artigo, não foram destacados casos de dêixis temporal e dêixis pessoal. Em Barbalho (2022), há exemplos de outros tipos de dêiticos.

(Promotora de Justiça) – Boa tarde, Daniele.
 (Irmã do acusado) – Boa tarde.
 (Promotora de Justiça) – A senhora não presenciou esse fato, né?
 (Irmã do acusado) – Não.
 (Promotora de Justiça) – A senhora estava onde nesse dia?
 (Irmã do acusado) – Estava em casa.
 (Promotora de Justiça) – A senhora morava próximo da casa da XXX e do YYY?
 (Irmã do acusado) – Sim.
 (Promotora de Justiça) – A senhora é irmã dele, né?
 (Irmã do acusado) – Sou irmã do YYY.
 (Promotora de Justiça) – O que a senhora sabe a respeito desse fato? A senhora estava em casa?
 (Irmã do acusado) – Estava em casa.
 (Promotora de Justiça) – Junto com a sua mãe?
 (Irmã do acusado) – Estava em casa junto com minha mãe.
 (Promotora de Justiça) – E aí? O que aconteceu? O YYY esteve lá?
 (Irmã do acusado) – Tranquilo. Os dois viviam muito bem. Muito bem mesmo.
 (Promotora de Justiça) – A casa de vocês era como? Você morava em cima ele embaixo?
 Morava na mesma rua?
 (Irmã do acusado) – Não. Eu em cima, minha mãe embaixo, na mesma rua, e ele morava na mesma rua.
 (Promotora de Justiça) – Na mesma rua? A que distância da casa de vocês?
 (Irmã do acusado) – Umas cinco casas, quatro casas mais ou menos.
 (Promotora de Justiça) – E aí? O que aconteceu nesse dia? O que a senhora sabe a respeito desse fato?

Esquema 1: Cadeias referenciais – Fragmento 1 do depoimento da irmã do acusado inquirida pela Promotoria Pública



Fonte: Barbalho (2022, p. 141)

No Esquema 1, identificamos que a abertura do arquivo mental para se referir ao feminicídio é realizada pela AE *esse fato*, que se refere a fatos que ainda serão apresentados pela interlocutora, mas também se refere a conhecimentos prévios que estão na memória da inquirida, ou seja, a AE apresenta caráter bifórico (Castanheira, 2020).

Todo o texto envolve esse processo cognitivo de idas e vindas em relação às informações textuais, mas, nesse caso, pela própria organização do plano composicional do gênero depoimento – sequência dialogal, na modalidade oral, com uma interlocução direta – e pela função comunicativa que exerce no domínio jurídico – levantar as versões de um fato, a fim de obter uma prova testemunhal –, a solicitação do conhecimento prévio do interlocutor sobre o assunto acontece de forma mais explícita. Por isso, a AE *esse fato*, mesmo não tendo o seu referente verbalizado anteriormente na materialidade linguística, refere-se a uma informação já pressuposta e conhecida dos sujeitos no processo comunicativo; porém, também antecipa o que será relatado a seguir, por isso o papel bifórico.

Na sequência da construção da inquirição, diante da resposta negativa, a pergunta seguinte se centra no local e no dia da ocorrência e, a partir deste momento, é criada uma cadeia referencial com expressões locativas referendo-se a uma descrição que tenta situar a casa onde ocorrera o crime, por meio da disposição da casa da irmã e da mãe em relação à do acusado e da vítima.

Outro ponto que chama a atenção neste momento de inquirição ocorre quando a Promotora de Justiça pergunta *O que aconteceu? O XXX esteve lá?*. A resposta dada pela inquirida a este questionamento não responde ao que é solicitado, uma vez que diz: *Tranquilo. Os dois viviam muito bem. Muito bem mesmo* – ou seja, a depoente não se refere ao que aconteceu no dia do homicídio. Há, nesse desvio realizado na resposta da irmã do acusado, uma clara estratégia argumentativa, em que a depoente recategoriza a relação do irmão (acusado) e da vítima de forma harmoniosa, ou seja, constrói uma imagem antagônica à situação de feminicídio.

Existe uma tentativa da irmã do agressor, neste momento, de desconstruir a imagem de que o crime era algo anunciado, afinal se tratava de um relacionamento sadio, sem briga, sem violência. Consequentemente, há também, por inferência, a construção da imagem de um homem passivo, que não cometeria um crime. Dessa forma, identificamos que a recategorização dos objetos de discurso relacionamento e agressor também provoca a recategorização do objeto de discurso feminicídio, demonstrando a ação colaborativa entre as cadeias referenciais na construção do texto, a fim de que seus interlocutores atinjam seus propósitos comunicativos.

Observemos, agora, o Fragmento 2 (Barbalho, 2022, p. 154), retirado da inquirição da irmã do acusado feita pela Defensora Pública (defesa):

uma argumentação de defesa do acusado, uma vez que sua presença poderia selecionar outros objetos que reforçariam aspectos relacionados ao crime e, consequentemente, à incriminação. Outros objetos de discurso mobilizados pela situação de feminicídio, como arma do crime, motivação e agressão, também não aparecem durante esta tomada de depoimento.

Outro ponto que vale ser destacado é a presença de AD com pronominalização e elipses, fazendo com que a caracterização do agressor ocorra por meio das pistas textuais – muitas delas norteadas pelas próprias perguntas feitas pela Defensora Pública. Na organização desse gênero, é comum o inquiridor direcionar as respostas dadas pelo inquirido, à medida que cabe a ele conduzir a tomada de depoimento. Para isso, o inquiridor seleciona determinados objetos de discurso que guiam a interação e são retomados nas respostas. Assim, a Defensora Pública orienta a caracterização do agressor para um momento muito anterior ao do crime, perguntando como ele era *quando criança e adolescente*. Posteriormente, ela novamente guia a resposta da inquirida ao perguntar *se ele sempre foi um cara tranquilo e se arrumava confusão na rua*.

Essas perguntas direcionam as respostas dadas pela irmã do acusado e ajudam a construir, pelas pistas textuais, a imagem de um homem calmo, pacato, frequentador da igreja. Alguém que não arrumava confusão com ninguém, opondo-se, assim, à imagem de um homem capaz de matar a facadas sua companheira. Ou seja, a estratégia argumentativa da Defensoria é neutralizar o crime como um caso de feminicídio e focar no acusado, destacando apenas características positivas, que construam sua imagem de inocente perante a acusação que lhe é imputada. Dessa forma, mais uma vez, identificamos que a construção de uma cadeia referencial interfere na construção de outras ao longo do texto, conforme a orientação argumentativa dos interlocutores. A construção da cadeia referencial para se referir ao agressor é alimentada tanto pelas estratégias referenciais utilizadas para se referir a ele como por outras cadeias, inclusive pelas que são suprimidas intencionalmente – como acontece com o apagamento de alusões ao crime (feminicídio).

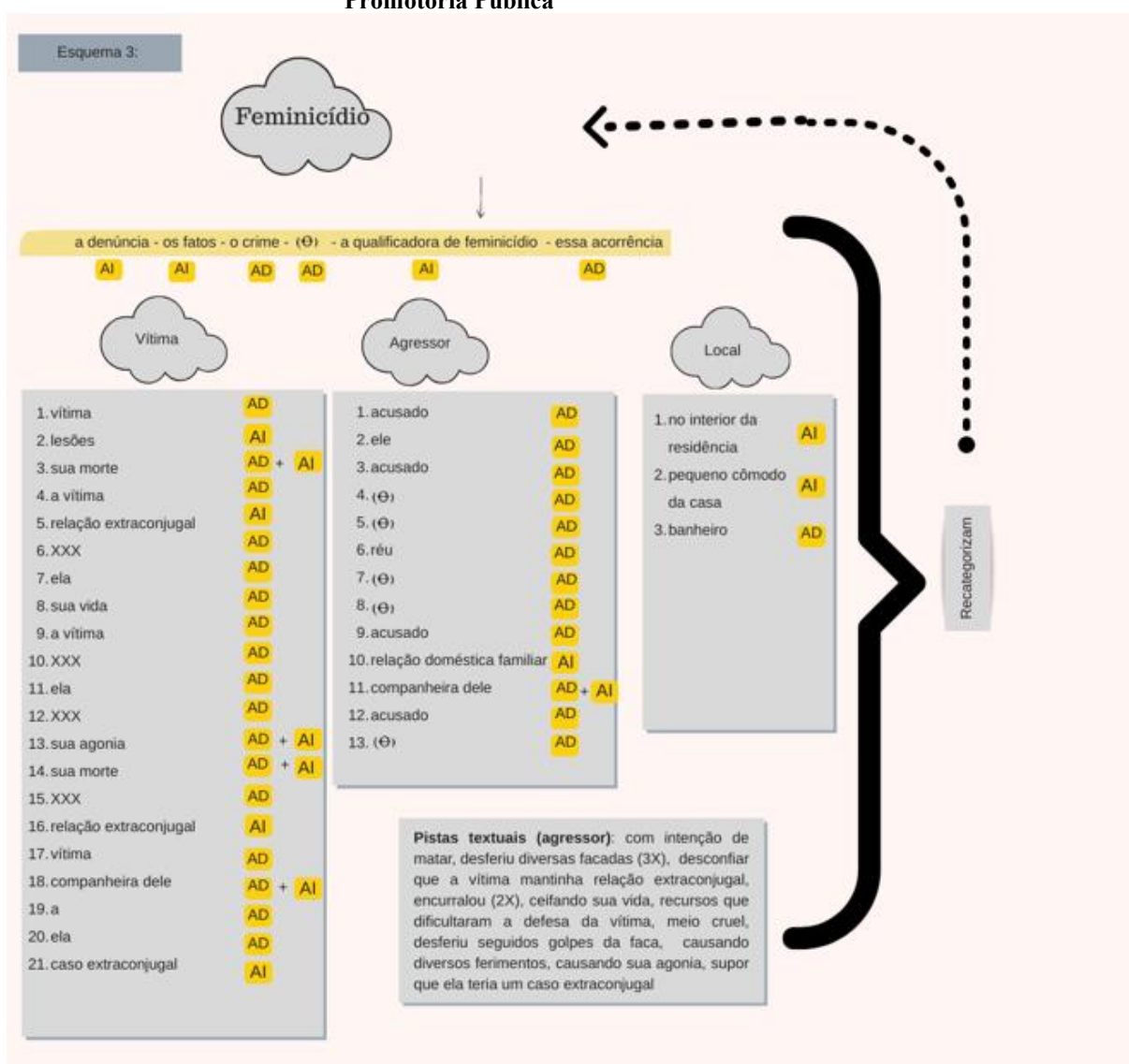
No Fragmento 3, temos o momento inicial do depoimento do Delegado de Polícia que abriu o inquérito policial do crime, esteve no local no dia da ocorrência e ouviu preliminarmente as testemunhas na delegacia, sendo inquirido pela Promotora de Justiça (acusação) – ou seja, o momento inicial da inquirição no Fragmento 3 (AUTOR, 2022, p. 164) constrói-se com a leitura da denúncia pela Promotora de Justiça ao Delegado.

(Promotora de Justiça) – Doutor, eu vou ler a denúncia pro senhor, porque o senhor não estava aqui no início, tá bom?

(Delegado) – Sim.

(Promotora de Justiça) – Os fatos são os seguintes, no dia 13 de junho de 2015 no interior da residência situada na rua YYY, o acusado com intenção de matar, desferiu diversas facadas na vítima XXX, sendo que as lesões causaram sua morte. Na ocasião, o acusado por desconfiar que a vítima, sua companheira, mantinha relação extraconjugal, encurralou XXX e desferiu contra ela diversas facadas ceifando sua vida. O crime foi cometido mediante recursos que dificultaram a defesa à vítima, pois o réu encurralou XXX em pequeno cômodo da casa que era um banheiro e desferiu contra ela diversas facadas. Também foi por meio cruel, porque desferiu seguidos golpes da faca na XXX causando diversos ferimentos, causando sua agonia antes da sua morte. E também a qualificadora de feminicídio, porque o acusado matou XXX em razão de relação doméstica familiar, isso porque a vítima era companheira dele e o acusado a matou em virtude de supor que ela teria um caso extraconjugal. Se recorda dessa ocorrência?

Esquema 3: Cadeias referenciais - Depoimento Delegado de Polícia inquirido pela Promotoria Pública



Fonte: Elaboração própria (adaptado de Barbalho, 2022, p. 164)

No início da inquirição do Delegado, no primeiro turno de fala da Promotora, a cadeia referencial *feminicídio* surge por meio da AI *a denúncia*. Nessa AI, o sintagma

nominal é antecedido por artigo definido, por se referir a informações conhecidas dos interlocutores – ou por meio da leitura de outros textos presentes no inquérito policial, ou por terem presenciado a cena do crime. As demais anáforas que formam essa cadeia referencial estabelecem uma gradação, alimentada pelas informações apresentadas nas pistas textuais, que fornecem detalhes sobre o crime, como o dia, a hora e o local em que ocorreu o fato e a menção ao acusado, que tinha *intenção de matar*. Nesse momento, a estratégia argumentativa da Promotoria é demonstrar que houve uma premeditação do crime, contribuindo para desfavorecer uma possível aplicação de minorante por parte da defesa: de acordo com o CP, até 2022, se o crime fosse cometido por forte emoção e sem prévio planejamento, isso poderia diminuir a pena do acusado, uma vez que ele não estava em seu estado normal de inteligência.

Na continuação da inquirição do Fragmento 3, após a menção às *diversas facadas* na vítima acarretando *sua morte*, permanece a gradação na cadeia referencial de *feminicídio*, devido ao uso da AD *crime*, e da AI *qualificadora de feminicídio*. Nesse caso, esta AI poderia ser entendida como uma AD, pois, aparentemente, há um processo de correferencialidade entre “feminicídio”, “crime” e “qualificadora de feminicídio”. Porém, o que existe, na verdade, é uma relação ancorada entre essas anáforas, uma vez que nem todo crime é caracterizado como feminicídio, sendo, por isso, uma AI: no Direito, para que um homicídio seja qualificado como feminicídio, não basta que uma mulher tenha sido assassinada; faz-se necessário que a sua morte tenha acontecido em decorrência de violência doméstica, ou pelo menosprezo da sua condição de gênero. Dessa forma, as pistas textuais e a própria interação proposta pelo gênero e pelo domínio discursivo reconfiguram a classificação da anáfora e encaminham para a conclusão de que o crime se caracteriza como qualificadora de feminicídio.

Além disso, nas pistas textuais, outras cadeias referenciais são criadas, contribuindo para a defesa da tese: qualificar o homicídio como feminicídio. Nesse caso, juntamente ao objeto de discurso *feminicídio*, há outros objetos primordiais, como o *agressor* e a *vítima*. Assim, ao mesmo tempo em que esses objetos de discurso constroem novas cadeias referenciais, também colaboram para o processo de recategorização de *feminicídio*, demonstrando haver a construção de um grande entrecruzamento de cadeias referenciais que modificam e são modificadas ao longo do texto.

Exemplificando essa relação entre as cadeias, podemos citar as reiteradas vezes em que o verbo *encurralou* e o sintagma nominal *diversas facadas* atuam como pistas textuais para reforçar o caráter violento do agressor. Além disso, a desconfiança de que a

vítima mantinha um *relacionamento/caso extraconjugal* enfatiza a configuração jurídica do crime como feminicídio.

Outros exemplos que merecem destaque são *sua agonia*, *relação doméstica familiar* e *companheira dele*. O sintagma nominal *companheira dele* é AD de vítima (companheira) e de agressor (dele), porém também é AI de agressor (companheira, referindo-se à esposa que ele esfaqueou). Já a AI *relação doméstica familiar* associa-se a duas cadeias referenciais (vítima e agressor). Por fim, a AI *sua agonia* inclui uma AD (sua) referente à vítima. Esses exemplos comprovam como os processos referenciais devem ser observados tridimensionalmente, associando-se a uma ou mais cadeias ao mesmo tempo. Além disso, esses exemplos também comprovam como as anáforas relacionadas às cadeias *agressor* e *vítima* ajudam a configurar a cadeia de *feminicídio*, servindo a propósitos argumentativos – no caso desse fragmento, propósitos da acusação, que pretende deixar claro que o crime é um feminicídio. Afinal, mesmo que as referências à vítima, nesse excerto, restrinjam-se a AD (nome próprio/XXX e a forma pronominal sua), parecendo apenas retomar o objeto de discurso morfossintaticamente, as formas nominais que seguem essas AD (*sua morte* – que aparece duas vezes, enfatizando o resultado das facadas –, *sua vida*, *sua agonia*), formam AI que demonstram a gravidade do crime e o sofrimento da vítima.

Mais adiante, ainda no relato da Promotora, é dito que o acusado *encurralou XXX em pequeno cômodo da casa que era um banheiro* e, em seguida, deu-lhe *diversas facadas, ceifando sua vida*. Percebemos que a sequência de acontecimentos não apenas narra o que aconteceu, mas também reforça a ideia de que não foi dada à vítima a possibilidade de defesa ou fuga – o que pode, no entendimento legal, aumentar a pena. E esse entendimento é verbalizado pela Promotora (*O crime foi cometido mediante recursos que dificultaram a defesa à vítima, pois o réu encurralou XXX em pequeno cômodo da casa que era um banheiro e desferiu contra ela diversas facadas*) e reiterado em seguida (*também foi por meio cruel, porque desferiu seguidos golpes de faca na XXX causando diversos ferimentos, causando sua agonia antes da sua morte*).

Além disso, mostramos, no Esquema 3, que, além da sistematização da cadeia referencial para se referir à vítima, há a cadeia do agressor, que, de maneira significativa, reforça o caráter argumentativo, reforçando a brutalidade do crime. Por exemplo, por meio de uma cadeia referencial por AD com formas pronominais e Ø, constrói-se o objeto de discurso *acusado*, recategorizado pelas pistas textuais que reiteram sua crueldade: *intenção de matar, matou sua companheira* (ceifou sua vida, segundo a Promotora), por

meio de forma cruel, com diversas facadas, em um cômodo pequeno da casa, onde a encurralou.

A cadeia referencial do local do crime é construída por AI que colaboram para o entendimento de que o crime foi um feminicídio brutal: *no interior da residência, pequeno cômodo da casa e banheiro*. Há nesta construção uma necessidade de especificar o local exato do crime, até mesmo para corroborar os detalhes que são apresentados no relato, reforçando a ideia de que não houve possibilidade de defesa à vítima, pois esta se encontrava em um *pequeno cômodo* que era *o banheiro*, sendo, por isso, mais facilmente encurralada por seu agressor. Mais uma vez, as AI demonstram ser um importante elemento de inserção de novos objetos de discurso, com a finalidade de especificar determinadas situações relacionadas ao caso que está sendo investigado, comportando-se como importante mecanismo de construção de versões sobre o fato e de seu detalhamento que funcionarão como uma prova testemunhal, à medida que preenchem determinadas lacunas para esclarecer o caso.

O interessante, nesta fala da Promotoria que antecede o depoimento do delegado que esteve presente no local do crime, é como essa construção da cadeia referencial de feminicídio reitera a barbaridade do crime, podendo, inclusive, direcionar o depoimento desse agente policial. Não questionamos a violência do crime e não detalharemos, neste arquivo, a continuação desse depoimento, mas em Barbalho (2022) contatamos que é exatamente o que ocorre.

Finalizando, ao realizar essa análise, considerando outras cadeias referenciais construídas nas pistas textuais e como elas colaboram, não apenas para a recategorização do objeto do discurso a que se referem, mas também para a própria construção argumentativa do texto e a de outros objetos do discurso, percebemos a complexidade do processo de referenciação e da construção das cadeias referenciais no texto. Além disso, identificamos que a própria construção de um objeto do discurso também recategoriza outros objetos, o que já foi percebido também por autores como Seara e Santos (2020), Lanes (2023)⁴.

No caso dos depoimentos em tela, se a cena do crime se encontra com muito sangue, significa que foi um crime extremamente violento. Consequentemente, o agressor é recategorizado pela cena do crime como alguém também extremamente violento e cruel,

⁴ Remetemos o leitor a outras pesquisas e publicações recentes sobre cadeias referenciais do Grupo de Pesquisa em Linguística de Texto/GPLINT, disponíveis em <https://leonorwerneck.wixsite.com/leonor> <https://gplint.wixsite.com/gplint> e <https://www.instagram.com/gplint.oficial/>.

e a vítima, sua esposa, como uma pessoa indefesa que não teve a possibilidade de se defender ou pedir ajuda, uma vez que foi encurralada em um cômodo pequeno da casa. A construção das cadeias referenciais, portanto, ajuda a configurar a situação de feminicídio e a enfatizar a estratégia argumentativa da acusação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procedemos à análise qualitativa de três fragmentos de depoimentos retirados de uma oitiva de testemunha de um caso de feminicídio ocorrido na cidade de Duque de Caxias no Rio de Janeiro no ano de 2016. Nessa análise, verificamos as cadeias referenciais construídas para se referir ao objeto de discurso *feminicídio* e também algumas outras cadeias que, de forma mais significativa, contribuíram tanto para a recategorização da própria situação de *feminicídio*, como também para a construção argumentativa de defesa e/ou de acusação. Para isso, nos baseamos nos pressupostos teóricos da LT, que concebem o texto em uma perspectiva cognitiva e interacional em que os sujeitos envolvidos no processo de interlocução mobilizam suas crenças, seus valores, sua subjetividade para o ato de referir. Dessa forma, a referenciação se constrói a partir de uma instabilidade, explicitando uma relação intersubjetiva em que as coisas do mundo são reformuladas por meio dos propósitos comunicativos dos diferentes sujeitos (Mondada, 2001).

A partir da análise, identificamos que, para construir a cadeia referencial de feminicídio, houve a inclusão de outros objetos de discurso, colaborando para obter mais informações sobre o caso. Além disso, demonstramos que as cadeias referenciais não se restringem a casos de anáforas e dêixis. Defendemos que são sistemas mais complexos que englobam outras categorias importantes para a LT, como as pistas textuais, sendo influenciadas e recategorizadas também pela construção de outras cadeias ao longo do texto. Ou seja, a construção de uma cadeia referencial interfere na recategorização de outras, apontando para uma relação de imbricamento e de colaboração entre elas.

Verificamos, portanto, que a referenciação é um processo inferencial e sociocognitivo multifacetado, devido à construção complexa das cadeias referenciais. Identificamos, dessa forma, que as cadeias referenciais interagem mutuamente, e os objetos de discurso são construídos a partir de um processo de interação (Koch, 2014), influenciados pelo contexto comunicativo, e não algo que preexistia a esse momento.

REFERÊNCIAS

- ADAM, J-M. *A Linguística: introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez, 2009.
- ADAM, J-M. *A noção de texto*. Natal: EDUFRN, 2019.
- ALVES, V. C. *A decisão interpretativa da fala em depoimentos judiciais*. 1992. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1992.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1979]. p. 261-306.
- BARBALHO, C. *Referenciação na construção argumentativa do gênero depoimento oral em audiências com tipificação de feminicídio*. 2022. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- BASTOS, M. C. V. *Anáforas encapsuladoras e argumentatividade em notícias*. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa)). Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018
- BORREGUERO ZULOAGA, M. Los encapsuladores anafóricos: una propuesta de clasificación. *Caplletra: Revista Internacional de Filologia*, v. 64, p. 179-203, 2018.
- CABRAL, A. L. T.; SANTOS, L. W. dos. Dêixis pessoal e verbos na construção de um objeto de discurso argumentativamente orientado. *Conexões Letras*, n. 15, p. 25-40, 2016.
- CAGNOLATI, B.; DAULE, G.; GNECCO, M. V. Las cadenas referenciales en textos paralelos castellano, francés e inglés: aporte a la comprensión y a la producción discursiva en traducción. *XIV Jornadas de Enseñanza de Lenguas Extranjeras en el Nivel Superior*, 23 al 25 de octubre 2013, La Pampa. En Memoria Académica, 2013. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.3461/ev.3461.pdf. Acesso em: 14 jan. 2026.
- CASTANHEIRA, D. *Anáforas encapsuladoras e construção do gênero entrevista: análise textual-funcional*. 2020. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- CAVALCANTE, M. *Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas*. Fortaleza: EdUFC, 2011.
- CAVALCANTE, M. Referenciação: uma entrevista com Mônica Magalhães Cavalcante. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 13, n. 25, p. 367-380, 2015.
- CAVALCANTE, M. Sequências textuais. In: CAVALCANTE, M. *Os sentidos do texto: sequências textuais*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 61-77.
- CAVALCANTE, M.; MARTINS, M. A. Uma relação entre dêixis e metadiscursividade. *Revista de Letras*, v. 39, n. 2, p. 56-63, 2020.
- CAVALCANTE, M. et. al. O texto e suas propriedades: definindo perspectivas para análise. *(Con)textos Linguísticos*, v. 13, n. 25, p. 25-39, 2019.

- CAVALCANTE, M.; SANTOS, L. W. dos. Referenciação e conhecimento partilhado. *Linguagem em (Dis)curso (Online)*, v. 12, p. 657-681, 2012.
- CHASTAIN, C. Reference and Context. In: GUNDERSON, K. *Language Mind and Knowledge*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1975.
- COLAMARCO, M. *Referenciação e construção de sentidos nas fábulas de Monteiro Lobato e Esopo*. 2014. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.
- CONTE, M. E. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, M.; RODRIGUES, B.; CIULLA, A. (orgs.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 177-190.
- CORBLIN, F. *Les formes de reprise dans le discours*. Anaphores et chaînes de référence. Rennes: P. U. Rennes, 1995.
- COSTA, I. B. Cadeias referenciais no português falado. *Organon*, Porto Alegre, v. 14, n. 28/29, p. 33-54, 2012.
- HO-DAC, L. M. Deux modes de segmentation textuelle: univers de discours et chaînes de référence. *Verbum*, n. 3, p. 231-248, 2005.
- KOCH, I. G. V. Linguagem e cognição: a construção e reconstrução de objetos de discurso. *Veredas*, v. 6, n. 1, p. 29-42, 2002.
- KOCH, I. G. V. *Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015 [2004].
- KOCH, I. G. V. Como se constroem e reconstroem os objetos de discurso. *Revista Investigações*, v. 21, n. 2, p. 99-114, 2008.
- KOCH, I. G. V. *As tramas do texto*. São Paulo: contexto, 2014.
- KOCH, I. G. V; ELIAS, V. M. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2007.
- KOCH, I. G. V; ELIAS, V. M. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2008.
- KOCH, I. G. V; MARCUSCHI, Luiz Antônio. Processos de referenciação na produção discursiva. *D.E.L.T.A* ., vol.14, no. especial, p.169-190, 1998.
- LANES, L. G. *Referenciação e argumentação em redações modelo ENEM*. 2023. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.
- LYONS, J. *Semantics*. v. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

LOURENÇO, J. J. *Construção do Eu e do Outro: o papel textual discursivo da dêixis de pessoa em cartas de presidiário*. 2023. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

MAALEJ, Z. A. Framing and manipulation of person deixis in Hosni Mubarak's last threespeeches: a cognitive-pragmatic approach. *Pragmatics*, v. 23, n. 4, p. 633-659, 2013.

MARCUSCHI, L. A. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. *Revista Letras*, Curitiba, n. 56, p. 217-258, jul./dez. 2001.

MARCUSCHI, L. A. Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 48, n. 1, p. 7-22, 2006.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MARCUSCHI, L. A.; KOCH, I. Estratégias de referenciação e progressão na língua falada. In: ABAURRE, M. B.; RODRIGUES, A. (org.). *Gramática do português falado*. v. 8. Campinas: Ed. UNICAMP, 2002. p. 31-55.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; BIASI-RODRIGUES, B.; CIULLA e SILVA, A. (org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

MORAIS, M. *Referenciação em campo: a construção de sentidos na notícia esportiva*. 2017. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

NASCIMENTO, A. B. *A retextualização como instrumento de manipulação no discurso jurídico penal*. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2007.

PECORARI, F. Anaphoric encapsulation and presupposition: persuasive and stereotypical uses of a cohesive strategy. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 24, n. 49, 2014, p.175-195.

SAMANIEGO, A. L. *La categorización de entidades del discurso en la escritura profesional*. Tese (Doutorado - Departament de Filologia Hispanica). Universitat de Barcelona, Espanha, 2011.

SANTOS, L. W. dos; CAVALCANTE, M. Referenciação: continuum anáfora-dêixis. *Revista Intersecções*, ano 7, n. 1, p. 224-246, 2014.

SANTOS, L. W. dos. Revel na escola: referenciação. *Revel*, v. 13, n. 25, p. 1-8, 2015.

SANTOS, L. W. dos; MORAIS, M. Dêixis pessoal e temporal: aspectos sociointeracionais e sociodiscursivos. *Revista Investigações*, v. 30, n. 2, p. 38-64, 2017.

SANTOS, L. W. dos.; LANES, L. Leitura literária e ensino: o viés da referenciação. In: GUIMARÃES, L.; NEVES, J.H.; SANTOS, F. (org.). *Ensino de Língua Portuguesa na Contemporaneidade*. Recife: Editora da UFRPE, 2026. p. 1-15.

SCHNEDECKER, C. *Nom propre et chaînes de référence*. Paris: Klincksieck, 1997.

SCHNEDECKER, C. Les chaînes de référence dans les portraits journalistiques: éléments de description. *Travaux de linguistique*, 2005/2, 51, p. 85-133, 2005. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-travaux-de-linguistique-2005-2-page-85htm> Acesso em 14 jan. 2026.

SCHWARZ-FRIESEL, M. Indirect anaphora in text: a cognitive account. In: SCHWARZ-FRIESEL, M; KNEES, M.; CONSTEN, M. (org.). *Anaphors in text. Cognitive, formal and applied approaches to anaphoric reference*. v. 86. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2007. p. 3-20.

SEARA, I. R.; SANTOS, L. W. dos. Linguagem e poder nas mídias brasileira e portuguesa. *Diacrítica*, v. 33, n.3, p.122-137, 2020